

Despacho n.º 3404/2008

Nos termos da alínea a) do n.º 1 e dos números 2 e 3 do artigo 3.º do Capítulo I, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Capítulo II, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos e a conceder em 2006, à Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos, NIPC 500 802 025, para a realização do projecto “Trienal Internacional de Arquitectura de Lisboa — 2007”, que foi considerado de superior interesse cultural, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à Segurança Social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

20 de Dezembro de 2007. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 3405/2008**

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Visando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer na sua intervenção como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da Normalização no seio da OTAN, no âmbito da doutrina de operações conjuntas:

Determino que:

Portugal ratifique o STANAG 3596 JINT (ed.06)(RD1) “AIR RECONNAISSANCE REQUESTING AND TARGET REPORTING GUIDE”, com implementação pelos Ramos nos seguintes termos e modalidades:

Marinha, na data de promulgação definida por parte da Autoridade OTAN competente;

Exército, na data de promulgação definida por parte da Autoridade OTAN competente, com a reserva de só o aplicar em modo manual no que à Artilharia de Campanha diz respeito;

F. Aérea (3) três meses após a data de promulgação definida por parte da Autoridade OTAN competente.

18 de Outubro de 2007. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Despacho n.º 3406/2008

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Visando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer na sua intervenção como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da Normalização no seio da OTAN, no âmbito da doutrina de operações conjuntas:

Determino que:

Portugal ratifique o STANAG 1468 MAROPS (ed. 01) (RD.1) “Allied Maritime Force Protection Against Asymmetric Threats in Harbour and Anchorage — ATP-74”, com implementação na Marinha na data de promulgação definida pela Autoridade OTAN competente.

18 de Outubro de 2007. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Despacho n.º 3407/2008

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Visando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer na sua intervenção como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da Normalização no seio da OTAN, no âmbito da doutrina de operações conjuntas:

Determino que:

Portugal ratifique o STANAG 2537 JINT (ed.01)(RD1) «Allied Joint Doctrine for Human Intelligence — AJP-2.3», com implementação pela Marinha, Exército e Força Aérea na data coincidente com a da promulgação definida pela Autoridade OTAN competente.

18 de Outubro de 2007. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 98/2008

A assistente administrativa especialista Helena Maria Garcia Santos Aires tem vindo a desempenhar de forma exemplar, extraordinariamente competente e muito dedicada, funções na Secretaria de Apoio do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional desde 1990.

Ao longo deste período de mais de quinze anos, tem a senhora Helena Aires revelado, de forma consistente e permanente, excepcionais qualidades de trabalho e espírito de colaboração, pelo que é de inteira e elementar justiça manifestar o meu público reconhecimento pelo esforço e empenho que vem dedicando ao Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

O seu elevado profissionalismo, amplamente comprovado e reconhecido pelos meus antecessores, é consistentemente exercido e demonstrado ao longo da sua actividade diária na Secretaria de Apoio do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, traduzindo-se pela execução rigorosa e metódica das actividades sob sua responsabilidade, materializando um incontestável sentido do dever no desempenho do seu cargo, que exerce com brio e extrema dedicação.

Por outro lado, merece também especial referência a sua postura pessoal que, pautada por uma natural disponibilidade e espontânea simpatia, a creditam como uma colaboradora de elevado mérito e uma referência entre os seus pares, conquistando a estima, a consideração e o respeito de todos pela sua conduta ao longo da sua permanência no Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

Atentas as notáveis qualidades pessoais e profissionais reveladas pela assistente administrativa especialista Helena Maria Garcia Santos Aires nas funções que lhe estão cometidas, considero que a elevada competência e o extraordinário desempenho por si revelados, têm contribuído de forma significativa para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional e, consequentemente, do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º, 26.º e no n.º 2 do artigo 27.º, todos do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional de 4.ª classe à assistente administrativa especialista Helena Maria Garcia Santos Aires.

8 de Janeiro de 2008. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Secretaria-Geral**Despacho n.º 3408/2008**

Na sequência do despacho de SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, exarado no âmbito do recurso hierárquico, o Senhor Secretário-Geral determina o seguinte:

1 — A nomeação da licenciada Teresa Maria dos Santos Silva Martins como assessora do quadro de pessoal da Secretaria-Geral com efeitos a 23 de Agosto de 2002.

2 — O pagamento das diferenças remuneratórias devidas à funcionária na sequência do presente despacho, nos seguintes termos:

a) Durante o período de 1 de Janeiro a 1 de Outubro de 2003, o pagamento da diferença entre o índice 660 correspondente ao 2.º escalão da categoria de assessor e o índice 710 correspondente ao 1.º escalão da categoria de assessor principal;

b) Durante o período de 1 de Setembro de 2005 a 1 de Janeiro de 2008, o pagamento da diferença entre o índice 710 correspondente ao 1.º escalão da categoria de assessor principal e o índice 770 correspondente ao 2.º escalão da mesma categoria.

2 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Teresa Chaves Almeida*.